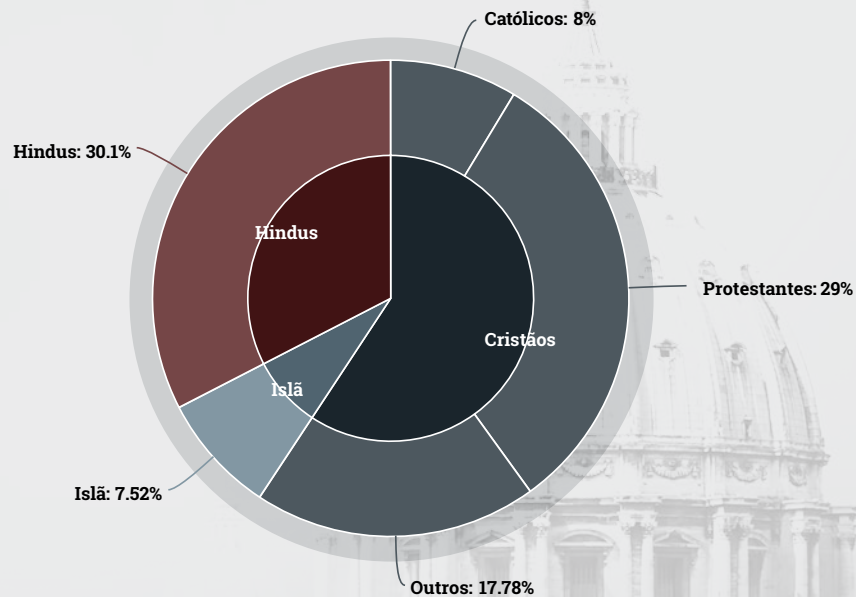


Guiana



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição afirma que a Guiana é um estado secular (artigo 1º). As liberdades individuais incluem, entre outros, a liberdade de consciência, expressão, reunião e associação, sem distinção de credo, sujeitas ao respeito pelos direitos dos outros e ao interesse público (artigos 40º e 149º). A ninguém pode ser negado o direito de liberdade de consciência, que inclui a liberdade de mudar a própria religião ou crença e de manifestar e propagar a própria religião ou crença, seja em público ou em privado, individualmente ou coletivamente. Ninguém pode ser obrigado a prestar um juramento que seja contrário à sua religião ou crença, ou de forma que vá contra a sua religião. O artigo 140º reconhece o direito à objeção de consciência ao serviço militar.

Às comunidades religiosas não pode ser negado o direito de disponibilizar instrução religiosa aos seus membros. Ninguém que frequente uma escola pode ser obrigado a receber instrução religiosa ou a participar de uma cerimônia religiosa que não seja a da sua religião. A Comissão de Relações Étnicas tem a tarefa, entre outras, de incentivar e gerar respeito pelas formas de diversidade religiosa, cultural e outras numa sociedade plural (artigo 212º D).^[1]

Os grupos e organizações religiosos devem registrar-se e disponibilizar informação sobre o seus locais de culto. Assim que os locais de culto tiverem sido reconhecidos oficialmente pelo Ministério do Interior enquanto organizações sem fins lucrativos, podem envolver-se em atividades de financiamento.

Os missionários estrangeiros precisam de autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os grupos religiosos estrangeiros também precisam de autorização do conselho da aldeia local. A educação religiosa não é obrigatória. A maior parte das escolas religiosas são anglicanas ou metodistas. Os direitos dos pais têm precedência na educação das crianças.

A lei pune a blasfêmia com uma pena até um ano de prisão. O Governo tem sido criticado por declaradamente tentar dissuadir os grupos religiosos de falarem sobre as questões sociais, em especial quando tomam uma posição crítica contra as ações do Governo ou da polícia.^[2] Os grupos religiosos dizem que continuam sentindo os efeitos adversos após o Governo ter assumido a administração de cerca de 600 escolas e hospitais privados em 1976, muitos dos quais eram geridos por organizações religiosas. O Governo paga uma renda anual aos grupos religiosos, que alguns veem como uma forma de controle que deveria acabar.^[3]

em 8 de Março de 2016).

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238762.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[3] <http://www.state.gov/documents/organization/238762.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_102_6.asp (acessado

INCIDENTES

Numa entrevista em julho de 2014, o secretário da Igreja Evangélica Luterana na Guiana disse que a falta de pastores em tempo integral era um desafio à proclamação do Evangelho e à manutenção dos jovens na Igreja.^[4]

Em novembro de 2014, a Igreja Católica emitiu uma declaração em reação à suspensão do Parlamento pelo presidente da Guiana em 10 de novembro. Nesta declaração, a Igreja apelou ao povo para que analisasse as suas próprias crenças e a sua prática da fé na vida diária, para lhes permitir enfrentar a intimidação e a corrupção.^[5]

Atualmente, a Igreja Católica é influente na vida pública e trabalha na resolução de conflitos sociais dentro da sua esfera de influência.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Embora a Guiana tenha uma elevada taxa de criminalidade, não foram relatados qualquer incidente violento com conotação religiosa óbvia. A razão para isso está na diversidade étnica do país, algo que já era visível no Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo de 2014. Neste sentido, em relação à liberdade religiosa, nada mudou. Dada a falta de casos de intolerância ou discriminação, pode deduzir-se que as perspectivas para a liberdade religiosa são boas. Ocasionalmente, têm sido feitas afirmações com teor racial, mas estas têm sido amplamente rejeitadas por todos os grupos sociais.^[6]

De acordo com alguns relatos, têm sido feitas queixas contra o Governo por tentar dissuadir e controlar alguns grupos religiosos envolvidos nos problemas sociais do país. Neste sentido, o principal desafio da Guiana nos próximos anos vai ser reforçar a verdadeira autonomia dos grupos religiosos através da diferenciação dos seus fins e objetivos em relação aos de outras organizações não religiosas e não governamentais envolvidas em questões de conflito social. Além disso, a promoção de uma liderança política forte tem o efeito de restringir o âmbito de ação por parte das entidades religiosas, afastando-as assim da participação na vida pública enquanto representantes da população.

[4] <https://americalatinacaribe.lutheranworld.org/es/content/secretario-de-la-iglesia-de-guyana-goalsarran-reflexiona-sobre-la-reforma-desaf%C3%ADos-que-la> (acessado em 8 de Março de 2016).

[5] <https://es.globalvoices.org/2014/12/04/el-presidente-de-guyana-suspende-al-parlamento-para-evitar-una-mocion-de-censura/> (acessado em 8 de Março de 2016).

[6] <https://www.osac.gov/pages/ContentReportDetails.aspx?cid=16951> (acessado em 8 de Março de 2016).